



**Do acesso à água ao racismo ambiental: representações midiáticas do conflito hídrico
na Bacia do Rio Formoso (TO) – 2016–2024¹**

Wherbert da Silva ARAÚJO²

Emerson Erivan de Araújo RAMOS³

Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do
Ambiente (PPGCIAMB).

Este resumo expandido traz os primeiros resultados de uma investigação que está sendo realizada para um doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente (PPGCIAMB/UFT) e que tem como foco a cronologia da crise de escassez hídrica observada na Bacia do Rio Formoso (TO) e sua cobertura no Jornal do Tocantins, além dos

¹ Resumo expandido de Comunicação Científica no GP de Produção Científica no VIII Encontro Regional Norte e Centro-Oeste de Ensino de Jornalismo (Erejour Norte e Centro-Oeste).

² Jornalista e Gestor Ambiental, mestre e doutorando em Ciências do Ambiente (UFT) com tema de pesquisa sobre Escassez Hídrica, Conflitos Ambientais, Conflitos Hídricos, Jornalismo Ambiental e Racismo Ambiental. Email: wherbert@mail.uft.edu.br

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins (PPGCIAMB/UFT) e do curso de Direito (câmpus Arraias) dessa mesma instituição. Residência Pós-doutoral no Programa de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/UFG, 2023-2024). Doutorado em Sociologia e mestrado em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba. Coordenador do Centro de Documentação e Memória de Arraias e Região (CDMAR, 2024-). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Desvio e Controle Social (GEDECON).

textos jornalísticos elaborados pelos órgãos ambientais estaduais e do sistema judiciário entre 2016 e 2024.

Partindo do princípio de que os conflitos socioambientais são disputas por significados, recursos e legitimidades, nas quais decisões técnicas e jurídicas se entrelaçam com narrativas jornalísticas, moldando a percepção pública sobre o problema, suas causas e possíveis soluções, o estudo em questão se desenvolve. A questão central da investigação é: de que maneira a mídia reconhece e configura o conflito ao dar preferência a determinados atores e vozes, silenciando outros, e utilizando escolhas textuais que tornam normais as desigualdades e transferem responsabilidades?

Contexto do conflito socioambiental

A irrigação em larga escala, sobretudo de monoculturas, e os barramentos elevatórios sem a devida orientação e supervisão técnica do Estado no sudoeste do Tocantins, somados à redução da oferta hídrica resultante da escassez, geraram conflitos que, entre 2016 e 2017, culminaram na judicialização das captações, na exigência de estudos ambientais mais detalhados e na criação de sistemas de monitoramento remoto.

A bacia hidrográfica do rio Formoso está localizada na região sudoeste do estado do Tocantins e se destaca como um importante polo da agropecuária estadual desde a implantação do Projeto Rio Formoso, no final da década de 1970. Em caráter de identificação, (Bispo & Oliveira, 2016; Sottili, 2022) afirma que uma bacia hidrográfica é composta por um conjunto de rios que confluem até chegar a um leito único, ou seja, é uma área de captação natural da água de precipitação da chuva que converge os escoamentos para um ponto comum.

Novas ações judiciais e administrativas reafirmaram a importância do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso (CBHRF), implementaram a ‘semaforização’ nos períodos críticos de estiagem e ajustaram a governança e a transparência. Ao mesmo tempo, comunidades indígenas, quilombolas e de pequenos agricultores relataram efeitos ambientais, como a diminuição dos níveis de água, a morte de peixes, a interrupção da navegação e a possível contaminação por agrotóxicos, que impactaram diretamente seus modos de vida e seus direitos sobre a terra.

Metodologia empregada

Foram utilizados 168 produtos jornalísticos (reportagens, notas, artigos) que compõem o texto original, publicados entre 2016 e 2024, organizados em uma linha do tempo e analisados com base em técnicas de Análise do Discurso (AD) e Análise Crítica do Discurso (ACD). Da AD, temos a noção de formação discursiva e condições de produção; da ACD, a leitura se articula entre os níveis textual, interacional e sociopolítico, privilegiando a gramática sistêmico-funcional (transitividade, voz, nominalização) e estratégias pragmático-retóricas.

Além disso, os dados obtidos foram cruzados com documentos administrativos e judiciais (planos de bacia, atas e resoluções do CBHRF, relatórios técnicos, sentenças) e notas oficiais, analisando as escolhas textuais que revelaram estratégias de legitimação/ocultação.

Base teórica

A Teoria do Enquadramento Midiático (Framing) é adotada para demonstrar a caracterização do conflito, atribuindo responsabilidades, sugerindo possíveis julgamentos e soluções.

Em conexão com a ecologia política da água e a literatura sobre justiça ambiental, argumenta-se que as contendas em torno da água também são contendas em relação à linguagem e aos regimes de evidência: quem possui a autoridade para determinar o que significa ‘escassez’, ‘uso racional’, ‘dano aceitável’ e ‘compensação suficiente’?

O termo racismo ambiental é utilizado no texto para analisar possíveis desigualdades na distribuição de riscos e na participação, ressaltando que a elaboração de uma linguagem técnica para narrar o conflito pode atenuar disparidades que afetam mais gravemente comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhos e pequenos agricultores.

Análises

- Mapeamento de cadeias causais e de responsabilização (quem faz o quê a quem), com atenção a apagamentos de agência por nominalizações (“ocorreu supressão”, “houve rebaixamento”);

- Comparação de títulos, leads e textos para identificar mudanças de frame;
- Análise da comparação entre eventos importantes (como a portaria de suspensão, a telemetria, o semáforo de estiagem e as decisões estruturais) e a forma como foram abordados.

Resultados preliminares

Identificam-se quatro padrões de enquadramento: (1) o tecnocrático-gestional, que prioriza uma linguagem burocrática e estatística, transferindo a responsabilidade para ‘o sistema’, ‘as bombas’, ‘o período crítico’; (2) o produtivista, que foca nas perdas econômicas e na ‘segurança alimentar’, apresentando as restrições como barreiras ao ‘desenvolvimento’; (3) o de alerta ecológico, que surge em momentos críticos (morte de peixes, resgate de animais, colapso de fluxos), mas é episódico e desconectado das causas estruturais; e (4) o de justiça hídrica, que é menos frequente, mas integra vozes indígenas e ribeirinhas, menciona a CLPI e direitos territoriais, e exige maior transparência e responsabilização.

Documentos institucionais são fundamentais para identificar tanto as semelhanças quanto as faltas: planos e relatórios admitem que a irrigação é a principal responsável pela demanda e sugerem ferramentas para uma gestão mais transparente; a cobertura se alinha ao ciclo de ações (telemetria, semáforo, cobrança), mas costuma subestimar as desigualdades políticas e os riscos que se acumulam.

Enquanto as sentenças enfatizam a importância da realização de estudos técnicos, promovendo as devidas adaptações técnicas, como o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impactos ao Meio Ambiente (EIA/RIMA), com visitas técnicas e fiscalizações na área do conflito, as reportagens apresentaram texto neutro, com pouco espaço de debate sobre as responsabilidades e eventuais compensações relacionadas ao dano ambiental.

Contribuições

A investigação identifica os enquadramentos principais e suas variações, apontando momentos em que a mídia expande (ou diminui) a lista de atores e soluções. Metodologicamente, a proposta apresenta um caminho que pode ser replicado para investigações locais sobre conflitos hídricos, ao integrar os métodos de Análise de

Discurso/Análise Crítica do Discurso, análise documental e netnografia. Para orientar o jornalismo ambiental local, recomenda: (i) ampliar a variedade de fontes com atribuição de agência; (ii) deixar claro como a decisão técnica se relaciona com o impacto social; (iii) monitorar a implementação das medidas, e não apenas seus anúncios; (iv) converter os instrumentos (outorga, semáforo, telemetria e Consulta Livre, Prévia e Informada) em uma linguagem acessível, mas sem perder a precisão.

Considerações finais

A crise de abastecimento na Bacia do Rio Formoso indica a necessidade de urgentes adaptações em relação à fiscalização, ao cumprimento de decisões e a uma atuação mais efetiva do seu comitê de representantes. É necessário prestar mais atenção a fragilidades como a manutenção e a possível substituição do maquinário de captação, a fiscalização integrada entre os órgãos ambientais, bem como à atenção e ao respeito às comunidades minoritárias.

Em termos narrativos, a cobertura jornalística tem o potencial de funcionar como um meio de esclarecimento, evitando respostas automáticas baseadas na tecnologia, focando em debates que envolvem grupos historicamente marginalizados e abordando a questão da escassez como um problema de justiça e governança, em vez de tratá-la como um 'evento natural'. Essas decisões analíticas podem tanto aprofundar o debate público quanto fortalecer estruturas de governança hídrica que estejam atentas às desigualdades.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. O que é justiça ambiental? Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

AQUORA. Avaliação da conformidade ambiental e da segurança das barragens elevatórias do Rio Formoso. [S.l.: s.n.], [s.d.].

BISPO, M.O.; OLIVEIRA, S.F. (2016). Difusão do agronegócio e as dinâmicas territoriais no cerrado, vale do Javaés – Tocantins. Entre-Lugar, Dourados, MS, ano 6, 12. 1º Semestre de 2016.

BOELEN, R. Water, power and identity: the cultural politics of water in the Andes. London: Routledge, 2015.

BRASIL. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Plano Estratégico de Recursos Hídricos Tocantins–Araguaia. Brasília: ANA, [s.d.].

BUENO, W. C. Jornalismo ambiental e transparência corporativa: o marketing verde como estratégia de mistificação. *Revista Ação Midiática*, v. 1, n. 2, 2011.

ENTMAN, R. M. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, v. 43, n. 4, p. 51–58, 1993.

FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2001.

FAIRCLOUGH, N. Analysing discourse: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

GOFFMAN, E. Frame analysis: an essay on the organization of experience. Boston: Northeastern University Press, 1974.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. Halliday's Introduction to Functional Grammar. 4. ed. London: Routledge, 2014.

KINGDON, J. W. Agendas, alternatives, and public policies. 2. ed. New York: Pearson, 2014.

KOZINET, R. V. Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

LATOUR, B. Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia. Bauru: Edusc, 2004.

MARTÍNEZ-ALIER, J. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

RIBEIRO, W. C. Geografia política da água. São Paulo: Annablume, 2008.

RIBEIRO, W. C. Conflitos por água e a gestão das bacias hidrográficas. *Revista USP*, n. 79, p. 34–45, 2008.

SOUZA, M. L. de. Ambientes e desigualdades: notas sobre justiça e racismo ambiental. In: ACSELRAD, H. (Org.). Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

TJTO. Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Sentença estrutural no Proc. 0001070-72.2016.8.27.2715. Palmas, 2023.

TOCANTINS. Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Metodologia e avaliação de impactos da cobrança pelo uso da água na Bacia do Rio Formoso. Palmas, 2015.

UFT. Universidade Federal do Tocantins. Sistema GAN: diretrizes técnicas para monitoramento de captações na Bacia do Rio Formoso. Palmas, [s.d.].

VAN DIJK, T. A. Discurso e poder. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.